UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PEDRO KYOMAI ARAÚJO ARENS**

# A *CANNABIS SATIVA* NO DISCURSO "FUMADORES DE MACONHA: EFEITOS E MALES DO VÍCIO" E SUA RELAÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO DA PLANTA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

**BRASÍLIA**
**2021**

PEDRO KYOMAI ARAÚJO ARENS

# A CANNABIS SATIVA NO DISCURSO “FUMADORES DE MACONHA: EFEITOS E MALES DO VÍCIO” E SUA RELAÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO DA PLANTA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte da obtenção do grau de licenciatura em História, na Universidade de Brasília sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

**BRASÍLIA**

**2021**

**A *CANNABIS SATIVA* NO DISCURSO "FUMADORES DE MACONHA: EFEITOS E MALES DO VÍCIO" E SUA RELAÇÃO COM A REPRESENTAÇÃO DA PLANTA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte da obtenção do grau de licenciatura em História, na Universidade de Brasília sob a orientação do Prof. Dr, Daniel Barbosa Andrade de Faria

Aprovado em ____/____/____.

_____

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

Universidade de Brasília

Professor Orientador

_____

Membro da Banca

_____

Membro da Banca

# RESUMO

ARENS, Pedro Kyomai Araújo. **A cannabis sativa no discurso "fumadores de maconha: efeitos e do vício" e sua relação com a representação da planta para a sociedade brasileira** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História – Universidade de Brasília, 2021.

O tema deste trabalho é a *cannabis sativa*, uma planta que, apesar de ter relações antigas com os humanos, passou por um processo de depreciação pelas classes médicas do mundo todo a partir do fim do século XIX. O discurso "Fumadores de maconha: efeitos e males do vício" representa momento fundamental para compreender a história da planta no Brasil. Ele é considerado o primeiro trabalho científico sobre a planta e pode-se perceber aspectos da conjuntura do país através da análise de seu discurso. Ele deprecia várias classes sociais do Brasil republicano, de forma que se apresenta a fronteira entre o branco civilizado e o negro selvagem. É possível perceber diversos aspectos representativos da sociedade republicana no discurso e como a visão negativa da planta, que levou à sua proibição, parte de um imaginário baseado no mito e no senso comum que relaciona o consumo da planta aos povos africanos. A ideologia positivista também se encontra presente no discurso, exaltando a ciência em oposição a costumes "perniciosos", que impediriam o progresso da nação. Assim, o discurso proibicionista se relaciona à questão dos libertos que o Estado republicano lidou a partir de concepções positivistas.

**Palavras -chave**: *Cannabis sativa*, Representações coletivas, Discurso médicos

**SUMÁRIO**


| | |
|---|---|
| **INTRODUÇÃO** | **6** |
| **1 CANNABIS SATIVA L.: CARACTERIZAÇÃO, PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE JOSÉ RODRIGUES DÓRIA** | **9** |
| **1.1** ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA L.* | 9 |
| **1.1.1 Relações entre humanos e *Cannabis*** | 11 |
| **1.1.2 Efeitos da *cannabis* sobre o cérebro: pontos de vista científicos** | 13 |
| 1.2 ASPECTOS CRÍTICOS GERAIS DA *CANNABIS* | 15 |
| 1.3 A HISTÓRIA DA *CANNABIS* NO BRASIL | 16 |
| **1.4** A *CANNABIS* NO DISCURSO DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA DÓRIA | 18 |
| **2 CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NAS RELAÇÕES COTIDIANAS DA SOCIEDADE** | **20** |
| 2.1 PANORAMA DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS | 20 |
| 2.2 ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE | 22 |
| **3 FUMADORES DE MACONHA: "VÍCIO" DA PLANTA E OUTROS VÍCIOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA PÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA** | 32 |
| 3.1 CONTEXTO SOCIAL HISTÓRICO | 32 |
| 3.2 ANÁLISE DO DISCURSO DE DÓRIA EM SUA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA | 34 |
| 3.3. APRECIAÇÃO GERAL DO DISCURSO | 39 |
| **CONCLUSÃO** | **43** |
| **Referências** | 44 |

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a planta *cannabis sativa*, a qual se encontra proibida atualmente no Brasil e em grande parte dos países do mundo. Ela será retratada dentro de como a sociedade a vê e o que ela considera sobre a planta, para o que vai ser necessário conhecer como a sociedade funciona, como é sua dinâmica.

As leituras que foram feitas sobre essa planta mostram que ao longo dos séculos a visão que se tem dela foi se modificando, a ponto de serem esquecidas as qualidades de seu uso em indústrias de áreas diferentes, se sobressaindo só aspectos negativos que foram relacionados com hábitos antigos de seu uso que também passaram a ser vistos como perniciosos.

Por causa de sua história, o estudo da *cannabis* passa pela área da botânica, pela sociedade e pela área do Direito, pois o uso dela foi proibido no Brasil e na maioria dos países do mundo. Com isso as plantações também foram proibidas e as possibilidades de ela continuar sendo usada nas indústrias foi eliminada.

Estudar a criminalização da maconha no Brasil é muito importante, pois contribui para o entendimento de dinâmicas sociais, políticas, econômicas e intelectuais, presentes no período em que ela ocorreu: o desenvolvimento da República do Brasil entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Além disso, o âmbito da saúde relacionado à política e a outros fragmentos da vida social se tornou uma presença constante enquanto estava se formulando uma imagem negativa da *cannabis* e de seus consumidores (oriundos de grupos marginalizados da sociedade brasileira principalmente afrodescendentes), culminando na proibição do uso da planta e na punição dos consumidores.

O contexto de eugenia também foi atrelado à área médica à política e ao Direito, influenciando a vida coletiva e individual em práticas cotidianas de grupos específicos, como a capoeira. O discurso sobre a *cannabis*, no geral, é muito racializado, como pode ser visto analisando a historiografia da planta. Um exemplo é o discurso “Fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, de José Rodrigues da Costa Dória, apresentado no Segundo Congresso Científico Pan-Americano, em Washington D.C., em 1915. Esse discurso foi muito disseminado por quase 40 anos.

Diante desse panorama, neste trabalho tem-se um problema de pesquisa: as mudanças que aconteceram na história da *cannabis* podem ter influenciado, por meio de discursos negativos, as representações dessa planta para a sociedade brasileira a partir da Proclamação da República?

A hipótese é a de que os discursos negativos sobre a *cannabis sativa* podem ter influenciado a opinião e o comportamento da sociedade brasileira.

O objetivo geral é verificar no discurso "Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício", de José Rodrigues da Costa Dória, possibilidades de relação entre os enfoques do autor sobre a *cannabis* e a representação dessa planta para a sociedade brasileira após a Proclamação da República

Os objetivos específicos são:

1) Caracterizar a *cannabis sativa* e seus aspectos botânicos no tempo e no espaço para visualizar seu potencial botânico e suas aplicações;

2) Conceituar e contextualizar elementos que influenciam o pensamento da sociedade e a dinâmica das relações sociais para compreender como discursos negativos sobre a *cannabis* podem influenciá-la;

3) Identificar e explicar, com base no discurso "Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício", influências de discursos negativos sobre a *cannabis* no desenvolvimento das representações dessa planta pela sociedade brasileira após a Proclamação da República.

O interesse pelo assunto vem de vários pontos. Um deles é o contexto, que é o início do século XX no Brasil e no mundo, quando teorias raciais, positivistas e eugenistas e a "onda conservadora" mundial se tornaram referência para vários estudos da atualidade.

O tema em si é relevante porque pode ser abordado por diversos pontos de vista, incluindo o da sociedade. Neste trabalho, essa parte é importante, pois foi preciso conhecer como a sociedade funciona para desenvolver suas opiniões para poder se chegar aos objetivos pretendidos. A ideia é de que representações e opiniões podem originar de imagens míticas, ideológicas e do senso comum, mesmo quando se trata de discursos científicos. Apesar desses se pretenderem distintos do senso comum, eles também reproduzem tais imagens. A diferença vista aqui como fundamental é que o discurso científico impões suas ideias com aspecto universalizante de verdade absoluta.

Por fim, um estudo da área de História que envolve uma planta pode ser interessante, podendo demonstrar como as estruturas cognitivas podem retirar o significado da "coisa em si" de um objeto – no caso a planta *cannabis* – o transformando em uma nova "coisa para nós". As plantações foram destruídas mesmo sendo plantas que podem contribuir na medicina, na alimentação e na manufatura, de acordo com pesquisas científicas e outros conhecimentos.

Metodologicamente, o trabalho foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica, sendo consultadas obras importantes sobre o tema diretamente e sobre os temas intermediários para

alcançar os objetivos. Também é uma pesquisa documental, porque o texto fonte é considerado documento, pois integra uma coletânea de trabalhos brasileiros sobre a *cannabis*.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos: o primeiro é descritivo e busca apesentar todas as características da *cannabis*, mostrando suas finalidades desde o início dos tempos. O segundo é teórico e se baseia em algumas teorias para conceituar elementos que são responsáveis pela forma como a sociedade desenvolve seu pensamento e sua opinião. O terceiro é exploratório e explicativo, caracteriza rapidamente a sociedade na época da Proclamação da República e da passagem do século XIX para o século XX e analisa trechos do discurso "Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício" para identificar relações entre a forma como ele se refere à *cannabis* e aos usuários e a representação dessa planta para a sociedade.

# 1 *CANNABIS SATIVA L.*: CARACTERIZAÇÃO, PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E O DISCURSO DE JOSÉ RODRIGUES DÓRIA SOBRE O CONSUMO DA PLANTA

## 1.1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA L.*

Buscar a origem de uma planta não é uma tarefa fácil, pois é comum os estudos apresentarem pouco consenso por se tratar de um evento tão distante e, atualmente, ser um assunto rodeado de visões negativas. Além disso, pode haver disputas contemporâneas que envolvem aspectos nacionais e políticos, permeando os objetos de estudo. Porém, sobre a *cannabis,* é possível, em quase todas sub-regiões do mundo, encontrar rastros de relações humanas com a planta.

Acredita-se que a *cannabis sativa L.* surgiu no Leste da Ásia, na Ásia Central ou na América. É sabido também que na história da China, a *cannabis* é definida como uma das plantas mais antigas a ter sido cultivada, o que data de, pelo menos, 4 mil anos a.C. Uma pesquisa mais recente considerou como evidência mais antiga de surgimento da planta um pote com cordas feitas de cânhamo[1], uma forma de *cannabis sativa,* encontrado em Taiwan. O exame dessa peça, feito com a técnica da datação de carbono, identificou que sua origem era do ano 12 mil a.C. a datação de Carbono (NEWTON, 2007; FRANÇA, 2015).

A taxonomia botânica da *cannabis sativa L.* pode ser identificada através das sete categorias da biologia: reino, filo, classe, ordem, família, gênero e espécie. Ela é do reino *plantae* e do filo das angiospermas. A planta pertence à classe das dicotiledôneas, que produzem flores. Sua ordem é das *urticales,* que contem milhares de espécies como os fícus e as embaúbas. Sua família é a das *cannabináceas* (ou do cânhamo), que se destaca na manufatura têxtil e naval (NEWTON, 2017).

Sobre a taxonomia do termo, também não há consenso. Para alguns, cânhamo e maconha constituem a mesma espécie de planta, *cannabis sativa,* com a diferença estando no tipo de crescimento:

> Cânhamo é qualquer linhagem de *Cannabis sativa* que contenha menos de 0,3% de THC (o principal composto psicoativo da planta). Estas linhagens são utilizadas para fabricação de suplementos nutricionais, como os óleos de CBD, produtos têxteis e biodiesel.
> A maconha é qualquer linhagem de *cannabis* com mais de 0,3% de THC por peso seco. Ela pode incluir tanto a *Cannabis sativa* quanto espécies relacionadas, como a *Cannabis indica*. Estas linhagens são usadas principalmente por causa de seus efeitos psicoativos (COOKE, 2021, p. 2).

[1] Por se tratar de uma espécie e de suas variações, neste trabalho não serão feitas grandes diferenças na referência a um ou a outros tipos da espécie.

Além disso, em sua propagação pelo mundo e em sua diversificação, a *cannabis* foi se tornando conhecida por vários termos: maconha (*ma'kaña*) e *liamba,* ambos do dialeto africano quimbundo (Dicionário Aurélio, verbete); cânhamo, do castelhano *cáñamo* (Dicionário Aurélio, verbete); *marijuana* (EUA), termo com o qual a *cannabis* se tornou conhecida, a partir da relação de imigrantes latino-americanos que habitavam o país há muitos anos e tinham como hábito comum o uso recreativo da maconha. Tem um sentido depreciativo da planta (NEWTON, 2017; FRANÇA, 2015).

Há certa controvérsia quanto ao gênero *cannabis* apresentar outras espécies além da *sativa*. Pelo alto grau de transmissão, memória e variabilidade genética, a *cannabis* originária - certamente *sativa* – passou por diversas modificações. As possibilidades de classificação delas são subespécies, cepas (*strains*) ou variações da planta principal, a *sativa*. Do mesmo modo, não há consenso taxonômico quanto às formas, geralmente definidas como *cannabis indica* e *cannabis ruderalis*. A *indica* é menor, mais arbustiva, com folhas maiores, mais verdes e com flores menores e mais densas. Ela pode ter efeitos farmacológicos e psicoativos distintos da planta principal. A *cannabis ruderalis* é ainda menor e mais compacta, com galhos muito fibrosos. Acredita-se que ela se originou entre a Rússia, a Europa Central e a Ásia Central. Ela não possui quantidade significativa de $\Delta^9$-tetrahidrocannabinol (THC), composto que produz os efeitos psicoativos da planta (NEWTON, 2017), embora se discuta até que ponto este composto é o único responsável por esses efeitos. Componentes de terpenoides e flavonoides, como cannabinol e cannabidiol, também são considerados responsáveis por tais efeitos (TAKAHASHI et al, 1977). Pela fibrosidade e pela pouca significância de seu THC, a *ruderalis* tem uso maior na manufatura (NEWTON, 2017) e na farmacologia.

O fato de a *cannabis* apresentar alta capacidade de diversificar seus fenótipos a partir de mutações em relativo curto prazo pode ser importante para reconstruir a sua história. Os humanos, ao longo de suas relações com a planta, já realizaram este tipo de modificação – de forma direta ou não – de acordo com necessidades sociais e individuais que a planta poderia suprir. Estudos indicam que se trata de conhecimentos de mais de 6 mil anos atrás. É possível dizer que as modificações genéticas também podem indicar como a sociedade vem se relacionando com a planta ao longo dos séculos e o que se vem buscando nela. Após um período próximo de um século de repressão e de sua depreciação, atualmente, existem inúmeras variações de menor porte e maior densidade, as quais favorecem formas diversificadas de cultivo (NEWTON, 2017). Por isso, a troca de conhecimentos entre as disciplinas Geografia, Biologia, História e outras se mostra essencial para reconstruir a história da planta (SAAD, 2019).

Atualmente, existe um grande cruzamento entre as diversas variações de plantas. Isto se deve ao fato de o efeito de cada planta ser determinado geneticamente. Assim, os cultivadores da planta estão há muito tempo buscando genéticas de *cannabis* adequadas para situações específicas ou para seus gostos pessoais.

### 1.1.1 Relações entre humanos e *cannabis*

A disseminação da *cannabis sativa* deu-se pelo Oriente Médio, pela África e pela Europa ainda antes de Cristo. Há evidências de que a planta tenha sido utilizada em várias áreas da vida das populações, como alimentação, manufatura de tecidos e papel, tecnologia naval, medicina e farmácia. Também foi usada em práticas místicas, xamânicas e recreativas, sociais ou individuais, a partir de outra variedade da planta (FRANÇA, 2015; NEWTON, 2017). A maconha (ou *marijuana)* "permite aos usuários viver uma experiência de mundo diferente daquela vivenciada diariamente"[2] (NEWTON, 2017, p. XV).

Relativamente às manufaturas do cânhamo, registros indicam o uso de suas fibras para tecidos, papel e navios na China antiga (2.300 a.C.), como rastros "da riqueza e da prosperidade de um reino" (FRANÇA, 2015, p.7). No Mediterrâneo, várias nações que compõem a sub-região utilizaram extensamente a manufatura de papel produzido a partir da planta. Cártago e Roma a importaram como matéria prima para diversos produtos ocasionando disputas entre os países. Em Roma, ela era usada cotidianamente, com as fibras servindo ao fabrico de cordas. Na Península Ibérica, durante a presença moura (século XII), a manufatura de papel foi muito abundante (FRANÇA, 2015). Após a reconquista católica, os reinos da Espanha e Portugal se utilizaram do conhecimento do cânhamo em suas navegações à vela. Com isso, nos séculos XV e XVI, logo após a reconquista, as fibras de cânhamo foram imprescindíveis para iniciar a colonização na América. A planta foi a matéria prima para equipar a marinha no século XVII na confecção das velas, das cordas e da calafetação – massa produzida para impedir a passagem de líquidos e de ar para dentro das embarcações (NEWTON, 2017; FRANÇA, 2015); na América espanhola, no século XVIII, em Cuba, Guatemala, Panamá e Peru, o cultivo da planta não despertou muito interesse, enquanto no Chile, a produção se desenvolveu a ponto de ela ser exportada para suprir demandas de outras regiões (FRANÇA, 2015). A *cannabis* continuou sendo a matéria prima mais eficiente e mais demandada nessas áreas até o século XIX (NEWTON, 2017).

---

[2] Tradução livre feita pelo autor do trecho: *allows users to experience a form of the world around them often very different from that experienced in daily life.*

Quanto ao uso medicinal, a *cannabis* também foi usada desde a Antiguidade. O registro mais remoto dessa prática também foi localizado na China desde, pelo menos, 2000 a.C. Manuais médicos a recomendavam contra dores traumáticas, constipação intestinal, problemas no sistema reprodutivo feminino e malária por exemplo, sendo também usada como anestésico. No século I (d.C.), foi considerada "ótima para tratamento de vermes, dores nas articulações e gota". Na Índia, manuais antigos indicam o uso da planta como remédio para nevralgia, dor de cabeça, dor de dentes, reumatismos, inflamações, raiva, nervosismo, problemas respiratórios, diarreia, cólica, falta de apetite, retenção de urina e infecção de pele. Na Idade Média, na medicina árabe, a *cannabis* era utilizada por especialistas como diurético, digestivo e calmante para crises epilépticas. Através dos mouros, alcançou a Península Ibérica. No continente europeu, a Santa Hildegard von Binheng (1098-1179), uma freira da atual Alemanha e grande pesquisadora da planta, destacou o fato de seu uso "diminuir os maus humores e aumentar os bons" e combater úlceras e feridas abertas. Indicações, como males do estômago, reumatismos, doenças dos nervos e mazelas do espírito, persistiram até o século XVIII. No século XIX, a *cannabis* era utilizada contra a hidrofobia, cólera, tétano e convulsão. J. Moreau a utilizava no tratamento de doenças mentais, tentando obter, das alucinações provocadas, a compreensão dos delírios patológicos daquelas. Com isso, o uso farmacêutico da erva foi ampliado e introduzido em discussões científicas na Europa e na América. A planta era componente de inúmeros remédios produzidos por "industrias renomadas" e de acesso livre sem prescrições, como digestivos (da Squibb Company), tabletes sedativos (Doctor Brown's), xaropes compostos (Tolu Lobelia Neurosine), Cura Tosse em Um Dia (Eli Lilly) e cigarros para combater asma (Grimault e Cia), com centenas de representantes espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil. Em resumo, a *cannabis* foi aproveitada pela grande indústria em muitos medicamentos com várias indicações. Na segunda década do séc. XX, avançou a proibição do plantio e do consumo e a diminuição do uso médico e das pesquisas científicas até 1964 (FRANÇA, 2015, p. 14-16).

Nas práticas religiosas, a *cannabis* tem aparições relevantes nas histórias de Shiva. Transmitidas oralmente e por meio de imagens, elas acompanham o surgimento do hinduísmo (cerca de 3000 a.C.). Na história da criação do mundo, por exemplo, a divindade aparece macerando folhas de cânhamo para produzir o bangue, uma mistura de ervas. No Egito, foram descobertos pólens da *cannabis* nos restos mortais de Ramsés (1213 a.C.). Estudiosos apontam a possibilidade de a planta ter parte em rituais fúnebres na região. A deusa egípcia Sheshat comumente tinha em suas representações pictóricas uma folha com formato semelhante ao da *cannabis*. O fato de o cânhamo ser usado como matéria prima para os papiros reforça a possibilidade de a folha ser de *cannabis* já que ela é a Deusa que representa a escrita. Os citas,

pastores nômades da Pérsia, deixaram evidências arqueológicas que consistem de instrumentos em que a erva era queimada e sua fumaça era inalada, demonstrando que estes povos consumiam a planta dessa forma. Não se sabe se esses povos usavam a planta para fins religiosos ou recreativos. Nos países islâmicos, durante o Ramadã, mês em que a religião não permite o uso de bebidas alcoólicas, as pessoas recorriam ao haxixe para se manter sob efeitos psicotrópicos (NEWTON, 2017; FRANÇA, 2015).

Em relação ao uso recreativo, o "canabismo" – o uso das propriedades derivativas da planta – tornou-se uma prática com documentação histórica rarefeita, do mesmo modo que outras informações sobre a planta (FRANÇA, 2017). Pesquisas arqueológicas de localização dispersa (Norte da África, África, Assíria, Europa Centro-Oriental, etc.) encontraram recipientes utilizados no fumo da erva com data correspondente ao primeiro milênio d.C. (NEWTON, 2017) Sobre seu consumo, Heródoto (485 a.C.) escreveu sobre os citas: "[...] eles se expõem a esses vapores (da maconha) e, sentindo-se atordoados, soltam gritos e fazem imensa algazarra". Cláudio Galeno (129-217) afirmou que indivíduos ricos de Roma serviam cânhamo com vinho aos convidados para alegrá-los. Na Europa moderna, o vinho também predominou nessa esfera. O escritor francês François Rabelais (1494-1553), no livro de ficção "Gargântua e Pantagruel", falou extensivamente do uso recreativo da *cannabis* por seus personagens, em cujas aventuras seu consumo recreativo era indispensável pelos "efeitos admiráveis". Na Idade Moderna, Garcia da Horta, um judeu português (1501-1568), fez descrições sobre o bangue, um eletuário (medicamento de consistência mole) à base de cânhamo e outros temperos usados com vinho, maçã, noz moscada ou ópio que estimulavam o relaxamento, sonhos e a libido, sendo visto como terapêutico. O hábito se espalhou por toda sociedade indiana ao longo dos séculos (FRANÇA, 2015, p. 21-23).

Atualmente, pelo fato de a espécie ser proibida em quase todo o mundo, com base no uso das substâncias psicotrópicas da planta, o uso recreativo é talvez o mais conhecido. Até hoje, esse tipo de relação com a planta persiste significativamente. O UN *Office on Drugs and Crime*, por exemplo, noticiou, em 2011, que entre 125 e 203 milhões de indivíduos ao redor do mundo usaram a planta pelo menos uma vez no ano anterior ao levantamento (NEWTON, 2017).

### 1.1.2 Efeitos da *cannabis* sobre o cérebro: pontos de vista científicos

Segundo o Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (2021), os efeitos da maconha sobre o cérebro humano ainda estão longe de ser compreendidos. É que faltam mais pesquisas desenvolvidas com base em populações de usuários no mundo inteiro e sem a padronização de medidas para se avaliar, não há como se concluir sobre o assunto. Na atualidade, vem se

observando o aumento dos níveis de concentração de THC e a redução de canabidiol (CBD), elemento que contém importantes propriedades medicinais. Pesquisas constataram que enquanto o THC provoca efeitos tóxicos sobre as células neurais de áreas cerebrais distintas, como amígdalas e hipocampo, que respondem pelas emoções e pela memória, o CBD atenua esses efeitos.

Diante disso, a preocupação é que os níveis de CBD vêm sendo reduzidos e os de THC vêm aumentando.

Mas apesar dessa falta de conclusão, algumas pesquisas buscam esclarecer esses efeitos com base no tempo de uso da *cannabis* e na crescente concentração de THC encontrada nos últimos tempos na planta, aumentando sua potência (PESTANA, 2018). Crippa et al. (2005, p. 2) concordam que há uma relação entre a dose-dependência e os efeitos e que a influência do THC, que foi isolado pela primeira vez nos anos 60 (século XX), é bastante complexa. Ao que indica, essa substância acarreta sintomas psicóticos em pessoas mais vulneráveis, "o que é compatível com o efeito de aumentar o efluxo pré-sináptico de dopamina no córtex pré-frontal medial."

> Existe no cérebro uma área responsável pelo prazer e que está integrado numa área cerebral chamada sistema de recompensa. Esse sistema foi relevante para a sobrevivência da espécie e é nela que a ação química de diversas drogas interfere, apesar de cada uma possuir mecanismos de ação e efeitos diferentes. A dependência química pressupõe o mecanismo psicológico da busca pela droga e a necessidade biológica que se criou no organismo. Disso resulta a diversidade de comportamentos dos usuários (PESTANA, 2018, p. 3).

Em adolescentes, a maconha age negativamente sobre sua concentração e memória, além da atenção. Segundo alguns estudos, a medição dos níveis desses aspectos, após 24 horas do uso da planta, apresenta alterações (PESTANA, 2018).

Pesquisas exploraram, por meio de técnicas de neuroimagem, os efeitos neurotóxicos a longo prazo, causados pelo uso da *cannabis*. Essas técnicas (PET, SPECT, ressonância e neuroimagem estrutural) são excelentes instrumentos para se identificarem modificações neuroanatômicas e neurofuncionais, bem como as respectivas correlações neuropsicológicas e clínicas. Porém, não só houve resultados conflitantes, como não foram relatadas atrofias nem alterações de volume nas regiões. Apenas se observaram evidências de que pessoas que iniciaram seu consumo no começo da adolescência, por exemplo, demonstraram não só atrofia cerebral como diminuição da massa cinzenta. Mas ao mesmo tempo, neuroimagens funcionais comprovaram aumento das atividades neurais em áreas que podem ser associadas ao uso da *cannabis* à mudança de humor (lobos frontais orbital e mesial) e à diminuição de atividade de áreas correlacionadas às funções da cognição, a qual poderia ter sido causada pela intoxicação.

Permanece sem se descobrir se “os efeitos neurotóxicos residuais ocorrem após o uso prolongado e regular de maconha”. Nos resultados, nada foi demonstrado nesse sentido (CRIPPA et al., 2005), mostrando a inconclusão de tais teses.

## 1.2 ASPECTOS CRÍTICOS GERAIS DA *CANNABIS*

Durante grande parte da história, a *cannabis* foi reconhecida por suas aplicações. Mesmo assim, indivíduos e grupos levantaram dúvidas sobre os danos que a planta pode causar ao corpo e à mente humana (como descrito acima). Como exemplo de visão negativa relativa à *cannabis*, na China Antiga, leis proibiram determinados usos, considerando que ela intensificava as tendências de contestação do povo e poderia ameaçar a paz e a ordem (NEWTON, 2017). Porém, grande parte das evidências sobre o passado das relações humanas com a *cannabis* demonstra que a planta foi vista, de forma geral, positivamente, ao contrário dos dois últimos séculos, nos quais houve uma complexa mudança na forma que as autoridades e o senso comum veem a planta (NEWTON, 2017: FRANÇA, 2015; SAAD, 2019).

Nesses últimos séculos, dúvidas levaram à busca científica, por meio de conferências, convenções e outros encontros, dos possíveis efeitos e riscos dos usos das várias formas da *cannabis*. As conclusões apontaram benefícios da *cannabis* e poucos alertas sobre os malefícios. No século XIX, a *Indian Hemp Drug Comission* não se referiu a danos físicos, mentais ou morais causados pela *cannabis*. Mesmo no século XX, quando as políticas proibicionistas já haviam sido implementadas, um agente da *Drug Drug Enforcement Administration* (DEA), dos Estados Unidos, afirmou que produtos derivados da *cannabis* podiam ser “mais saudáveis que comidas que comumente nós consumimos” (NEWTON, 2017, p. XVI).

Esse reconhecimento positivo das aplicações e uso da *cannabis* foi seguido de repressão aos consumidores e da proibição da planta em quase todos os lugares do mundo, com movimentos influenciando a opinião pública principalmente sobre o uso da planta (NEWTON, 2017). Ao longo dessa proibição no início do século XX, autoridades de países do Sul global, como o Egito, que consumiam mundialmente grande parte de maconha e haxixe, foram tão enérgicos quanto os Estados Unidos no combate à planta e aos produtos derivados dela (FRANÇA, 2015; SAAD, 2019). Inclusive, estratégias foram desenvolvidas para limitar ou banir a produção, o transporte e o consumo de produtos derivados da *cannabis* em nível global. O Egito defendeu que a maconha e o haxixe deveriam estar no mesmo patamar do ópio, como uma substância danosa ao corpo humano (FRANÇA, 2015).

Com o tempo, as penas foram se tornando extremamente severas, o que situou o cannabismo no mesmo nível de crimes hediondos em muitos países. Dessa forma, pode-se dizer que a *cannabis*, no decorrer do século XX, passou de uma das plantas mais valorizadas da natureza para uma das mais depreciadas e mal vistas. Especialistas definem esse fenômeno político global – que envolve também outras plantas e substâncias, como a coca, a *ayahuasca* e espécies de cogumelos – como uma "guerra às drogas". Nesse contexto, foi significativa a transição do curandeiro, alquimista ou cientista que plantava, fabricava e vendia as substâncias para o status de criminoso (FRANÇA, 2015; SAAD, 2019).

Com a imagem negativa da planta, a realização de pesquisas bem estruturadas foi se tornando mais difícil nos meios acadêmicos, intelectuais, jurídicos, médicos e políticos e de comunicação. O conhecimento científico sobre ela então não acompanhou o mesmo desenvolvimento das áreas nas quais ela se insere, como a Biologia e a Botânica, durante o século XX. Muito comumente, as pesquisas não eram permitidas e não recebiam financiamento adequado do governo nem do setor privado. Assim, o que se sabia sobre a planta, de forma geral, era baseado em notícias e pesquisas de bases questionáveis, com caráter parcial baseado no senso comum e em testemunhos duvidosos. Na segunda metade do Século XX, essa situação passou a ser cada vez mais questionada. E só no século XXI, especificamente de 2010 em diante, começou a haver empreendimentos no sentido de desmitificar as ideias depreciativas sobre a planta e de se retomar e avançar cientificamente nas pesquisas sobre ela (NEWTON; 2017; FRANÇA, 2015). Israel é um dos países que mais se destaca nessa área (NEWTON, 2017) e as pesquisas brasileiras são notáveis e abundantes.

## 1.3 A HISTÓRIA DA CANNABIS NO BRASIL

Não há consenso se a planta já estava presente no continente americano antes da chegada dos navios à vela à base de cânhamo de Portugal e Espanha. A informação de que o uso extensivo da planta na medicina, na recreação e na religiosidade se estabeleceu com a chegada dos africanos é mais consensual, com a tese de que eles e seus descendentes é que consolidaram o hábito no Brasil, um dos maiores consumidores do mundo desde à chegada dos escravizados até a atualidade. A *cannabis* era usada nos canaviais, sendo comuns as "manchas escuras de tabaco ou maconha entre o verde-claro dos canaviais" (SAAD, 2019, p. 17).

A erva já estava presente na África e foi levada para as regiões de destino de sua diáspora. Foram várias formas de difusão e de uso. Chegou a Angola, de onde veio a maior parte dos negros escravizados trazidos para o Brasil (IBGE, 2000). Talvez por isso, a forma

ressecada e maturada da planta consumida através do fumo tenha se tornado a mais popular por aqui.

Os portugueses tiveram contato medicinal e recreativo com a planta antes e durante a conquista cristã da Península Ibérica e depois na expansão marítima colonial-comercial. Mouros, indianos e chineses, povos com os quais os portugueses estavam estabelecendo contato, já eram consumidores ativos da planta (FRANÇA, 2015).

Os povos originários do Brasil tinham – e têm – em seu cenário religioso e medicinal, a prática comum de utilizar plantas psicoativas, como a ayahuasca (FERNANDES, 2018). Nas cosmovisões xamânicas originárias, a cura está intensamente relacionada ao plano espiritual, de onde vêm rituais como as pajelanças (RODRIGUES et al., 2014). Bebidas alcóolicas também faziam parte destas práticas ritualísticas devido ao seu poder inebriante (FRANÇA, 2015). Essa prática tem alto caráter sincrético, sendo que vários grupos indígenas incorporaram elementos das diversas tradições que tiveram contato ao longo de sua história ressignificando eles.

As pessoas "das letras" jamais tiveram interesse de registrar esse aspecto da sociedade brasileira; a história oral de alguns grupos apresenta mais abundância do que as fontes escritas. Em Itapecerica da Serra, uma mulher de cor parda, com seu companheiro, nascido em Angola, promoviam festas e davam aos participantes a erva para fumar deixando-os "absortos e fora de si" (FRANÇA, 2015, p.29) Outro exemplo descrito é o de Antônio do Carmo, músico branco natural da Ilha da Madeira e residente de Mariana (MG), que foi acusado de estar

> chumbado de aguardente e de pitar e se deitou na cama com vários rapazes músicos, por muitas vezes [...] com brancos desonestos, fazendo pulsões com as mãos e outras vezes entre as pernas dos ditos rapazes e foi no pecado de sodomia agente e paciente com o pardo Valentim Pereira (FRANÇA, 2015, p.29).

Assim, as imagens da *cannabis* e do canabismo foram passando por depreciações de caráter racista e elitista, tanto por intelectuais como por formadores de opinião residentes ou estrangeiros de passagem no Brasil, como Richard Burton, um inglês autor do romance "1001 Noites". Em um relato de viagem, contou que, depois do trabalho,

> [...] os escravos vão cuidar das casas e das hortas, dos porcos e das galinhas; vão lavar roupa e costurar, ou carregar água, lenha ou capim para vender [...] os preguiçosos e dissolutos vão gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e se puderem, bebendo e fumando haxixe como os semisselvagens da Serra Leoa [...] mostram-se dispostos a pagar até mil reis por um punhado deste veneno (BURTON, apud FRANÇA, 2015, p. 35,36).

Com as crises políticas e econômicas em Portugal, desenvolveu-se um empreendimento colonial em 1783 no Rio Grande do Sul, com mais de 1,3 mil escravos, para produção de fibra de cânhamo destinada ao uso naval. A finalidade era "fortalecer a economia de sua maior

colônia, além de responder a uma necessidade modernizadora da metrópole, que vinha passando por dificuldades comerciais" (SAAD, 2019, p. 17). O governo de D. Pedro I manteve os investimentos na região, mas esse empreendimento nunca rendeu o esperado, como nas plantações de outros países (FRANÇA, 2015). Entre os obstáculos, estavam a dificuldade de obter sementes de qualidade e o clima. Mesmo assim, como de costume em cidades portuárias no mundo todo, foi observado o amplo uso de material à base de cânhamo nos portos brasileiros.

Na virada do século XIX para o XX, a transformação do uso de substâncias psicoativas em problema social e nacional foi se consolidando com a institucionalização do saber médico. No século XX, a primeira proibição, feita pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, fala explicitamente do uso da planta por escravos. Saad suspeita que outras Câmaras em todo país redigiram posturas semelhantes, sendo o objetivo dela comum em todo o Brasil, que era o controle social dos negros e escravos: "maconha em pito faz negro sem vergonha". A proibição nacional só veio a ocorrer em 1932, mas ela sempre foi associada aos negros, mulatos, pobres e indígenas. Ao mesmo tempo, começaram a ser estabelecidas as distinções entre droga e fármaco e entre substâncias lícitas e ilícitas. Para falar sobre o passado, pode ser questionável a compartimentalização do consumo em categorias ou tipos de consumo. Na Europa, há uma grande relação ente "droga" e "especiaria". Droga deriva do termo holandês *droog*, usado para produtos secos e substâncias naturais aproveitadas principalmente na alimentação e na medicina (SAAD, 2019, p. 18).

No século XIX, teve início a busca dos médicos pelo monopólio do uso e do controle destas substâncias. Passou-se a empreender "uma verdadeira cruzada contra curandeiros e herbolários que exerciam atividades terapêuticas, entoando-se a profecia que seria o 'papel do médico salvar a humanidade do vício tanto como até agora o foi do sacerdote'". É comum, nos discursos médicos, falas sobre o aproveitamento adequado dos produtos naturais, o que só seria possível com a atuação dos médicos especialistas em oposição aos saberes ancestrais de curandeiros das diversas sociedades. No caso brasileiro, as curandeiras de matriz africana e indígena foram depreciadas por este movimento (SAAD, 2019, p. 18).

## 1.4 A CANNABIS NO DISCURSO DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA DÓRIA NO II CONGRESSO CIENTÍFICO PAN-AMERICANO (1915)

O texto fonte deste trabalho é a transcrição da comunicação apresentada por José Rodrigues da Costa Dória no 2º Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington. O médico representou "o estado da Bahia, a Faculdade de Direito, o Instituto

Geográfico e Histórico e a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia da Bahia". Sua fala é considerada a "primeira análise brasileira sobre a maconha e se tornou referência para todos os estudos seguintes" (SAAD, 2019, p. 25).

No contexto do referido Congresso, Dória explica sua fala nos seguintes termos: "[...] creio na instrução e na educação como bons preservativos do hábito pernicioso, incumbindo aos podêres públicos melhor cuidarem dêste magno problema tão descurado entre nós, onde o analfabetismo é a regra" (DÓRIA, 1915, p. 12).

O autor defende as políticas eugenistas como solução profilática ao "hábito pernicioso" que é o consumo da *cannabis*. Com base nesse diagnóstico, foram feitas as leis em forma de política de "profilaxia" para a "doença" (o fumo da maconha é muitas vezes definido como "epidemia" nos discursos médicos).

Sobre o cultivo, ele afirma que o plantio é "acompanhado de práticas fetichistas (...) excitando a imaginação dos ignorantes, sugestionando-os" (DÓRIA, 1958, p. 3). Em geral, o autor não considera a visão dos usuários sobre o fumo. Ele afirma que "se alguma tara degenerativa existe congenitamente", o indivíduo tem maior propensão ao vício, ao hábito pernicioso. Ele identifica os usuários da *cannabis* por meio de qualificações sociais diversas e pejorativas.

# 2 CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NAS RELAÇÕES COTIDIANAS DA SOCIEDADE

Para verificar como podem se desenvolver as representações sobre determinado tema em uma sociedade, é importante compreender teoricamente como ocorrem as relações dentro de sua estrutura, quais elementos são importantes para essa estrutura e como eles interagem.

As bases teóricas que pareceram mais adequadas para essa compreensão foram as das representações coletivas de Durkheim, porque explicam como se forma o pensamento coletivo e os aspectos que contribuem para o comportamento da sociedade. Também foram utilizados conceitos que envolvem aspectos das representações nas sociedades modernas.

## 2.1 PANORAMA DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Compreender como uma sociedade se configura ao longo de sua história requer identificar os elementos que podem interferir nesse processo. De acordo com Castoriadis (1982, p. 152),

> a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e consequências, que não eram nem visadas nem previstas. [...] o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade [...] estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade.

De Certeau (1990, p. 83,84), em relação ao cotidiano das sociedades, explica que em cada ocasião há uma articulação da lógica que expõe a autonomia das ações. Os “jogos” por meio dos quais cada sociedade age são operações que produzem acontecimentos diferenciadores que muitas vezes trazem efeitos desproporcionais às situações produzidas. “As regras organizadoras (desses jogos) [...] constituem também uma memória (armazenamento e classificação) de esquemas de ações”, articuladas de acordo com as ocasiões. A vida cotidiana encobre o “jogo”, cujas regras são muito complexas.

No caso da *cannabis*, os jogos podem ser a exaltação de aspectos e de histórias negativas sobre a planta e o silenciamento de seus aspectos positivos para a medicina e a manufatura, trazendo como efeito o desuso nessas áreas e o descrédito para os usuários no sentido recreativo.

Para Durkheim (2000, p.157), “a sociedade é uma realidade *sui generis*”, porque tem características próprias que não são encontradas no resto do mundo ou, caso sejam, não são da mesma forma. As representações que expressam essas características têm conteúdo distinto das representações individuais. Porém, as primeiras adicionam alguma coisa às segundas. Esses dois tipos de representação têm sentido porque o humano é um ser duplo: indivíduo, com campo

de ação limitado pelo organismo, e ser social, que traz aspectos intelectuais mais amplos só encontrados na observação da sociedade.

Assim, há fenômenos não orgânicos, como as representações, e não psíquicos, que não fazem parte da consciência do indivíduo. Esses fatos têm características especiais, representadas por modos de pensar, de sentir e de agir não próprios do indivíduo, mas exteriores a ele. As formas de pensar e de agir são "internalizadas", principalmente, por meio de processos educativos, dos costumes e das ideias que são repassadas. Geralmente, essas características têm poder de coerção e por meio dele elas se impõem na realidade cotidiana (DURKHEIM, apud RÊSES, 2004). Por isso, o pensamento coletivo, demonstrado por meio dessas representações, pode ser estudado por seu modo e por seu conteúdo, em si mesmo e em sua especificidade. Sendo coletivo, ele traz condições que podem ser observadas. A forma como esses pensamentos são construídos vai constituir ferramentas para a comunicação da coletividade (DURKHEIM, 1989). Nessa comunicação, as representações variam conforme as classes sociais e buscam a universalidade. Porém, são sempre forjadas por interesse de determinados grupos, produzindo estratégias e incentivando práticas para impor autoridade. "As representações não são discursos neutros" e tentam se impor decisivamente no mundo social. "O poder e a dominação estão sempre presentes" (CHARTIER, apud CARVALHO, 2005, p. 149).

Percebemos aí uma forma inicial de moldagem dos fatos que, por sua vez, moldam também a visão da sociedade sobre eles. E aí, as representações são chamadas de coletivas. Representações coletivas são fatos sociais ou o modo como a sociedade se vê e vê o mundo em torno dela, com suas lendas, crenças morais, mitos e concepções (DURKHEIM, 1974). Elas são produtos "de uma imensa cooperação" que se expande no espaço e no tempo. Em sua construção, são associados espíritos diversos, combinando ideias e sentimentos. Daí se compreende como a razão pode ultrapassar os conhecimentos empíricos (DURKHEIM, 2000).

A condição fundamental para a criação das representações coletivas é a elaboração e o compartilhamento de conceitos originados da vida coletiva. Dessa forma, as representações coletivas constituem "a primazia do social sobre o individual". Os conceitos vão ser o elemento cognitivo das representações coletivas (DURKHEIM, apud BOMFIM; ALMEIDA, 1992).

Na forma de o indivíduo internalizar ideias, as representações do pensamento coletivo são repassadas através do discurso que vai mostrando aspectos diferentes e até contraditórios sobre um ponto específico de determinado assunto. Em torno desse ponto, estão elementos que vão gerar significados e vão dar estabilidade às representações. Por isso, as representações coletivas constituem uma "condição das práticas" e essas práticas são o agente que transforma as representações. Algumas vezes, "as práticas determinam as representações"; em outras, "as

representações determinam as práticas e os comportamentos" e em outras, "práticas e representações se autodeterminam reciprocamente" (CAMPOS, 2003, p. 31, 32).

## 2.2 ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

No modo como a sociedade internaliza as representações coletivas, existem elementos que constituem seus meios, como imaginário, mito, ideologia, senso comum e opinião púbica e que são constituídos a partir de crenças morais, mitos, lendas e concepções. Percebemos que eles funcionam de forma interativa e simultânea e parece que não há hierarquia entre eles. O resultado desse funcionamento vai ser compreendido no comportamento social.

### Imaginário

É importante determinar que, como afirma Chauí (1995, p. 18), o real, ou para nós, os fatos, não são constituídos por coisas, embora se imagine que sim. As "coisas" são algo significante na vida individual ou coletiva. Elas são "coisas-para-nós" porque demos um significado para elas, como um fazendeiro que compra mil hectares de terra e afirma que aquilo é sua propriedade, o que tira o *status* de "coisa em si" do chão, da terra e dos rios que passam pela área, entre outras coisas. Ela afirma que "não se trata de supor que há, de um lado, a 'coisa' física ou material e, de outro, a 'coisa' como ideia ou significação [...] mas entrelaçamento do físico-material e da significação". Mesmo relacionadas, a parte significativa passa por processos de naturalização em que ela toma o *status* de "coisa-em-si, tornando estes dois aspectos, na prática, fluidos e conectados. Assim, mesmo que o real não seja constituído de "coisas em si", ele também não é construído só de "coisas-para-nós" (representações), imagens e ilusões daquilo que elas representam para nós. O real é constituído dos dois aspectos de forma entrelaçada e rizomática (CHAUÍ, 1995). Rizomática no sentido de que não representa só a realidade, mas é resultado da união entre a realidade, o pensamento da sociedade e suas ramificações dando origem a diversas imagens.

A criação de imagens faz parte da ação do pensar. Elas são construídas não a partir de uma ideia total de determinado objeto, mas sim de um aspecto desse objeto (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997). Por exemplo: as imagens que a sociedade criou sobre a *cannabis* não se referem ao potencial da planta, foram restringidas aos aspectos negativos de seu uso religioso, medicinal e recreativo. Pode-se resumir nesse exemplo uma forma rizomática de construção da visão social da *cannabis*.

De modo geral, é por meio de imagens que se percebe a vida em sociedade e a forma como isso ocorre, por meio de relações “que não são dadas diretamente na percepção”. As imagens, no universo mental, não são passivas, pois quando se libertam da impressão inicial, podem ser alteradas, transformadas e superpostas (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997, p. 24).

O imaginário é um mobilizador de imagens que usa o meio simbólico para se expressar. Várias definições podem ser vistas: o imaginário constitui a solução dada para as contradições da realidade; é uma faculdade por meio da qual se cria imagens e relações não diretamente fornecidas pela percepção; é a “tradução mental” de uma realidade específica percebida e faz parte da representação. O imaginário é cheio de emoção e de afetividade (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997).

No imaginário fica armazenado o conjunto daquilo que simboliza algo e daquilo que se imagina, mas não necessariamente material e lógico. Ele representa significados e conceitos dados às coisas observadas e vividas pelas pessoas de forma individual, social ou coletiva, indo além da esfera da definição – das coisas que se definem por si mesmas. Assim, no imaginário se localizam redes de entendimentos – comuns ou individuais – sobre coisas que requerem maior reflexão e observação para serem percebidas e compreendidas. Muitas vezes, aquilo que está presente no imaginário não corresponde à realidade material comum (CASTORIADIS, 1982), mas imagens simbólicas dela.

O símbolo surge para reestabelecer os equilíbrios psicossocial e da inteligência que estão comprometidos (DURAND, 1993). Isso pode ser explicado, por exemplo, quando a sociedade se encontra diante de elementos que surgem de forma inesperada e para os quais ela não tem explicação. Pode haver aspectos já presentes em cada sociedade que podem intensificar as dinâmicas de estabelecimento dos símbolos. Então, esse “desequilíbrio” no conhecimento vem a ser suprido pela criação do simbólico.

De acordo com Laplantine e Trindade (1997), o imaginário não nega a totalidade do real, mas sim, se apoia nele para criar novas relações. Castoriadis (1982) explica que não se sabe de antemão a fronteira do simbólico, ou seja, quando e em que situação o simbólico vai interferir no funcional.

“Cada organização da vida social é constituída por uma rede simbólica”. Essa rede é que interfere nas experiências cotidianas, desenvolvendo homenagens não só a fatos históricos, mas também influenciando negativamente outras relações (LAPLANTINE; TRINDADE, p. 22).

**Senso comum**

Enquanto a ciência e a sociedade como um todo vão produzindo conhecimentos e informações por meio de investigações e pesquisas, o “conhecimento comum” é um instrumento do dia a dia em todos os aspectos da vida dos seres humanos. Esse conhecimento não é construído com lógicas de transcendência nem com hierarquias – ao contrário da ciência e da academia. – e pode escapar da percepção do indivíduo no instante em que ele o recebe (ALEXANDRE, 2000).

Esse tipo de conhecimento não tem nenhum tipo de padronização. Representa um modo de pensamento por meio do qual as pessoas buscam associar conhecimentos novos à vida. Esse conhecimento é chamado de “senso comum” e constitui um modo da percepção social de determinado conteúdo que ele representa de acordo com as necessidades da prática (ALEXANDRE, 2000).

O senso comum é constituído de conceitos, valores e significados que são repassados de forma espontânea, com naturalidade, isto é, não há uma preparação. Eles incluem costumes, condutas e formas de organizar a vida que são meios de entender a realidade e de compreender a vida e absorver as normas (LUCKESI, 1994).

Esses meios de entender a realidade são “elementos explicativos” que são absorvidos mentalmente e pela afetividade no dia a dia, de forma imperceptível, nas práticas. Esses valores e costumes são internalizados de uma forma tão intensa que quase ninguém chega a pensar se existem outros. O senso comum não é somente uma forma de interpretação da realidade, é um meio de “ver” a realidade de jeito não crítico, “mítico e espontâneo” (LUCKESI, 1994).

> A estrutura sobre a qual se ergue o pensamento comum se caracteriza como estrutura informal, isto é, uma espécie de estrutura semi-lógica e flexível, determinada pelo caráter espontâneo e prático por parte dos indivíduos nos atos de fala e ações sociais no dia a dia. [...] Seria um pensamento livre, embora fortemente influenciado pela tradição e pelos estereótipos de linguagem (ALEXANDRE, 2000, p. 164).

As características do senso comum são: ideias subjetivas (vêm dos sentimentos e opiniões) qualitativas, heterogêneas (um mesmo fato se baseia em várias percepções) e individualizadoras (cada coisa é isolada). Já as características do conhecimento científico são: ideias objetivas (baseadas na investigação), quantitativas, homogêneas (baseiam-se em leis gerais) e generalizadoras (vê vários fatos sob a mesma lei) (CHAUÍ, 1995). Outras características são: o senso comum é informal, seu modelo é simples, divulga informações básicas massivamente junto com valores sociais e representa o conhecimento popular; o

discurso científico é sistemático, normatizador, produtor de respostas formais e de conclusões com bases investigativas (ALEXANDRE, 2000).

O discurso de Dória, a fonte deste trabalho, é de estrutura científica. O que vai ser visto é se essas ideias científicas influenciaram ideologicamente o pensamento da sociedade, seu imaginário e o mito da *cannabis* para ela em nível do senso comum. Porque aí, no discurso dele, tem outras questões também e o fato de ser científico não modifica a forma como ele vai influenciar a sociedade. Ao contrário, como ele tem o papel de autoridade, tem o poder de impor certezas, porque o conhecimento científico tem um status alto diante do conhecimento popular.

O senso comum transforma os conteúdos científicos sobre as realidades individuais e coletivas das pessoas em explicações práticas, ou seja, ele pratica no cotidiano a forma como entende as mensagens científicas que são passadas por um grupo privilegiado e reduzido, estando o resto da população restrito a receber, absorver e reproduzir a forma como entendeu e reproduziu, o senso comum (ALEXANDRE, 2000).

O senso comum faz parte da rede de significantes, símbolos e representações que compõem o imaginário individual e coletivo reciprocamente.

**Mito**

O mito pode ser entendido como um "fenômeno cultural estratificado" que se solidifica no imaginário e não possui a dinâmica das representações (GUARESCHI, 2003). Ele se situa no mesmo nível das representações coletivas e, assim, também ao do imaginário, do senso comum e da ideologia entre outros. Porém, ele corresponde "às formas de saber mais elaboradas, mais estruturadas, como [...] a religião, a linguagem, ou mesmo a ciência" (RÊSES, 2003, p. 194).

Marx fez a distinção entre a representação do objeto e seu conceito: enquanto a representação fica no "nível do senso comum, do mito" e das ideologias, o conceito fica em um nível mais elevado, de racionalização ou abstração. Porém, representação e conceito "são interdependentes", por isso, representação também é "fato social". Por isso, pode-se dizer que o mito é um fato social englobado pelo conceito de representação coletiva que também é um fato social. O mito, juntamente com as crenças religiosas e os valores morais, é visto como parte das representações coletivas (RÊSES, 2003).

Na Antiguidade, o mito era visto comumente como uma narrativa legitimadora de crenças e de explicações e a forma pela qual as sociedades antigas concebiam o mundo (DURAND, 2001). Do ponto de vista antropológico, define-se mito como aquele que narra,

com base em feitos grandiosos, uma realidade que passa a existir, de forma total ou parcial, como forma de comportamento ou de instituições (ELIADE, 1963).

A tradição do século XVIII ao XIX – do Iluminismo ao positivismo e ao materialismo e à dialética de Hegel – via uma "evolução espiritual" presente no caminho do mito à lógica, sendo aquele, sendo aquele uma fase ou etapa do espírito humano em evolução. Essa tradição filosófica faz crer que o mito pertenceria a "culturas inferiores, primitivas ou atrasadas". Assim, o mito – assim como a ideologia e as crenças com bases religiosas –, nas sociedades evoluídas e superiores em termos civilizatórios, seria visto como um "resíduo" de primitividade (CHAUÍ, 1997, p. 160). Entende-se que a evolução da racionalidade, assim, seria um "fim da história" assim como o desaparecimento deste tipo de sistema de conhecimento.

As sociedades contemporâneas, mesmo vistas como mais evoluídas por diversas correntes teóricas (evolucionismo social, racismo científico, positivismo) também têm mitos. Pesquisas, como as de Girardet, buscam entender aspectos míticos da realidade moderna (ou contemporânea) através da ótica do mito e de outros desdobramentos das representações coletivas. Segundo Chauí (1997), hoje se sabe que os campos do pensamento e da linguagem simbólicas coexistem com o campo conceitual, abstrato, racional e lógico, como demonstram a Antropologia Social e a Neurologia. Mesmo assim, não deixam de ser modalidades distintas do pensamento e são frequentemente consideradas opostas ou contrárias (CHAUÍ, 1997), não complementares.

Pode-se dizer que as sociedades do presente, tidas como "modernas", são influenciadas por mitos de distintas origens e características. Os mitos, assim, e a forma como atuam em sociedades, são frutos de suas épocas, podendo ter razões de ser e desdobramentos específicos (GIRARDET, 1985). Assim, é possível afirmar que, apesar da presença influente de outras modalidades que compõem pensamentos, conhecimentos e opiniões, o mito continua firme nas sociedades contemporâneas, influenciando e sendo influenciado pela ciência, pela racionalidade científica, pela tecnologia e pelos meios de comunicação em massa, entre outros adventos (CHAUÍ, 1997). Segundo essa autora, o mito funciona da seguinte forma:

> não são lendas nem fabulações, mas uma organização da realidade a partir da experiência sensível enquanto tal (...) reunindo, sem um plano muito rígido, tudo o que encontra e que serve para o objeto que está compondo (...) as experiências, as narrativas, os relatos, até compor um mito geral. Com esses materiais heterogêneos produz a explicação sobre a origem e a forma das coisas, suas funções e suas finalidades (CHAUÍ, 1997, p. 161).

O pensamento mítico opera "antes de mais nada, pela reunião de heterogêneos" que agem de forma interdependente na formação do pensamento. O mito dá "um sentido analógico e metafórico" às coisas, que se substituem e se representam por meio de três funções centrais:

1) “explicativa”, que tem como base eventos passados com consequências que se estenderam no tempo; 2) “organizativa”, que ordena as relações sociais entre si; 3) compensatória, que oferece estabilidade à vida social, após erro de narrativa passada ter sido corrigido (CHAUÍ, 1997).

Olhando a descrição da *cannabis* e de como ela passou de uma das plantas mais valorizadas da natureza para uma das mais depreciadas e mal vistas, pode-se dizer que foi criado um mito em torno dela. Mito na definição de Durand, como narrativa legitimadora e forma pela qual a sociedade brasileira construiu a noção da planta. A função explicativa da *cannabis* como mito é baseada nos eventos negativos associados ao uso recreativo, deixando de lado suas demais características. A função organizativa está na forma como a sociedade segrega os usuários de seu meio, como desviantes. A função compensatória pode ser a representada pela coação da lei, cujo sentido é manter a ordem.

Nessas funções, “um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações” (GIRARDET, 1987, p. 13, 15). É possível relacionar essa característica à história. Um fato histórico, mesmo que possa ser analisado de forma científica, é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e significações.

**Ideologia**

Segundo Guareschi (2013), o conceito de ideologia é necessário para entender as “dimensões éticas, valorativas e críticas”, buscando melhorias na condição humana, como por exemplo, na “esperança da emancipação”. Desse modo, “a dimensão valorativa, ética [...] está presente tanto no processo de construção das relações sociais, como em sua estrutura. Dito isso, é necessário não perder o foco do fato de que representações quase nunca se constroem e se apresentam com característica e “dimensão” de neutralidade (GUARESCHI, 2013, p. 200).

Segundo Comte (apud CHAUÍ, 1984), no positivismo, a ideologia corresponde ao conjunto de ideias e conhecimentos que explicam a totalidade dos fenômenos naturais e humanos. A definição desse autor iguala a ideologia à teoria sendo ela

> entendida como a organização sistemática de todos os conhecimentos científicos, indo desde a formação das ideias mais gerais, na matemática, até as menos gerais, na sociologia, e as mais particulares, na moral (...) Como teoria, a ideologia é produzida pelos sábios que recolhem as opiniões correntes, organizam e sistematizam tais opiniões e, sobretudo, as corrigem, eliminando todo elemento religioso ou metafísico que porventura nelas existia” (CHAUÍ, 1984, p. 26-27)

Nesse raciocínio, o pensamento positivista define três fases da “história do espírito humano”: 1) a “fetichista” ou “teológica”, pela qual ações divinas explica a realidade; 2) a

“metafísica”, segundo a qual a realidade é explicada por princípios gerais e abstratos; e 3) a “positiva” ou “científica”, na qual a análise da realidade e dos fatos é feita por meio leis gerais aplicadas aos fenômenos humanos e naturais, formando uma “ciência da sociedade” (CHAUÍ, 1984, p. 26). A última será mais falada neste trabalho, pois corresponde ao momento histórico de construção da modernidade, visão fundamental do contexto da fonte objeto de pesquisa, o discurso “Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício” (DÓRIA, 1958).

A ideologia, assim, tem um papel de comando sobre a prática dos seres humanos, que devem submeter-se aos critérios e mandamentos do plano teórico – determinado pela elite intelectual –antes de agir, seja no plano individual/moral ou no coletivo/político. Desse modo, por meio de “um conjunto de regras e de normas, graças as quais a ação passa a dominar, manipular e controlar a realidade natural e social”, a vida comum e a prática cotidiana das massas devem obedecer sempre ou à ciência, ou à teoria, por ser considerada “ignorante”. Diferente do positivismo, a ideologia marxista representa o aspecto humano material/físico, uma parte da consciência humana oposta à sua outra face, a parte livre, que tem a capacidade de realizar complexas reflexões e observações que levam ao entendimento da realidade. Por isso, nessa visão, a ideologia é um “fato social”, porque é produzida pelas relações sociais com dinâmicas complexas, razões de ser e origens, entre outras características. O movimento histórico dialético determina as formas sociais e dentro delas se localiza a ideologia, como um modo de a sociedade produzir ideias baseadas na luta de classes (CHAUÍ, p. 26, 27, 28).

As classes dominantes têm papel fundamental na sua formulação, com o intuito da manutenção do *status quo*. Desse ponto de vista, ao mesmo tempo em que a ideologia é definida como “fato social”, também há aspectos que podem defini-la como “falsa consciência”. E o que fundamenta essa visão marxista é o fato de que ela carrega a representação dos interesses das classes dominantes, distorcendo a realidade conforme os fins que buscam em cada momento determinado. Assim, afirma-se que esta função dada à ideologia é um dos fundamentos da dominação do homem pelo homem, sendo ela danosa ao corpo social por agir diretamente sobre a prática dos indivíduos, ao contrário do que defende o positivismo (CHAUÍ, 1984).

Aplicada ao caso da *cannabis*, pode-se dizer que a função da ideologia se encontra expressa em vários discursos considerados positivistas, como os citados por França (2015): Pedro Pernambuco Filho e Adauto Botelho, em “Vícios sociais elegantes: vício da djamba”; Artur Ramos, em “O negro brasileiro”; Alberto Deodato, em Sombras agrestes”. Entre eles, França destaca “Fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, de José Rodrigues da Costa Dória, explicando: Dória teve seus artigos e falas repetidas por quase meio século.

As classes dominantes possuem não só meios materiais de produção materiais, como também meios espirituais de produção. Sua elite intelectual é um de seus grupos de especialistas e ocupa altos cargos em instituições importantes, como universidades e outras instituições formadoras e influenciadoras. E a função que essa elite desempenha é a de "elaborar as representações adequadas à classe (incluindo nelas as ilusões necessárias)", apresentando ideias e determinações como se tivesse um caráter universal (KONDER, 2020). Por isso, segundo Guareschi (2013, p. 200),

> O conceito crítico de ideologia desmistifica a possível neutralidade do processo cognitivo, mostrando-o como mediação nas relações de dominação e exploração socio-econômica. Nossas representações não são independentes: têm a ver com nossa concepção de ser humano e de sociedade.

**Opinião pública**

No contexto das representações, Guareschi (2004, p. 193), citando Allport, apresenta a seguinte definição:

> O termo opinião pública recebe seu significado a partir de uma situação multi-individual, em que os indivíduos se expressam, ou são chamados a se expressar, a favor ou contra (apoiando ou opondo-se) a alguma condição específica, a alguma pessoa ou proposta de importância geral, em tal proporção de número, intensidade e constância, que isso dê origem à probabilidade de afetar, direta ou indiretamente, a ação em direção ao objeto referido.

No curso das comunicações, ocorre a formação das representações, principalmente por meio de conversas – "interpessoais" e "intergrupais" – "que possibilitam a formação de pontos de vista comuns sobre questões da prática, do interesse coletivo". Também ocorre pelos meios de comunicação, num processo chamado de "comunicação dos conceitos" que divulga, solidifica ou as reformula. Essa forma de produção de informações e de representações adentra o "pensamento coletivo", que influencia as relações sociais e, consequentemente, as práticas sociais. Por isso, "a representação 'transita' socialmente, como uma das formas de comunicação e, também, de pensamento, que se constitui, 'cotidiana e coletivamente' no mundo atual" (RANGEL, 2004, p. 24).

Historicamente, essa sociabilidade é vista por Chartier (2009, p. 43) como "fundadora de uma nova área pública na qual o uso da razão e do julgamento era exercido sem a colocação de limites para o exame crítico e sem submissão obrigatória à autoridade antiga [...] (que) formavam um público novo, livre, autônomo e soberano". Surgiram aí as noções de espaço público e de opinião pública que passaram a se tornar, ao longo dos tempos, cada vez mais influentes em assuntos sociopolíticos. O público foi definido como "a esfera do universal".

De qualquer forma, a nova esfera pública, que foi baseada em conquistas como autonomia e liberdade da autoridade estatal, passou a produzir um conjunto de opiniões caracterizado de "autoridade" perante a sociedade na qual se localiza. A opinião pública compôs uma nova relação entre público e privado em que "indivíduos privados", com a qualidade de "eruditos", passaram a ter seu uso da razão cada vez mais forte em caráter de autoridade.

A opinião pública "invadiu o discurso de todos os segmentos da sociedade – político, administrativo e judicial" (CHARTIER, 2009, p. 72).

> O poder, a dominação e suas expressões simbólicas são algumas das questões enfatizadas [...] como 'pano de fundo' para compreensão de processos que interferem nas percepções, na configuração da realidade, conforme se 'representa' pelos grupos sociais, influindo na constituição da identidade grupal. Nas causalidades desses processos, destacam-se os fatores institucionais, que promovem a 'inserção' e 'estabilização' dos grupos. Vincula-se a compreensão das representações aos 'meios simbólicos' e à ideologia que os orienta (RANGEL, 2004, p.20).

A opinião pública busca fazer parte da "esfera do universal" mesmo em contextos históricos de divisão social. No surgimento da imprensa, foi significativo o desenvolvimento da opinião pública, fazendo circular as ideias. Inclusive, para Kant, "apenas a comunicação escrita, permite intercâmbio na ausência do autor e cria uma área autônoma para o debate de ideias, é admissível como uma figura para o universal" (CHARTIER, 2009, p. 57). A propósito, como já foi dito, foram os trabalhos dos franceses sobre a *cannabis*, disseminados pela Europa e pela América, que deram base aos estudos brasileiros da planta.

Não é difícil fazer determinados conceitos absolutos (universal) corresponderem às realidades do mundo social, porque grande parte dos indivíduos não têm a autoridade requerida para discutir na esfera pública (CHARTIER, 2009). É certo que a liberdade moderna inclui o direito de participação, mas ela é feita pela representação política e não diretamente (CARVALHO, 1999).

Na disseminação de conceitos que vão formar a opinião pública, as representações têm um papel importante porque, conforme Rangel (2004), as imagens vão concretizar os conceitos abstratos, por meio da criação de impressões do objeto representado. Seu compartilhamento pelos membros do grupo social, a forma de sua construção e os fatores envolvidos nessa construção são veiculados, assimilados e consolidam a opinião pública.

Chartier (2009, p. 63, 66), trabalhando conceitos, caracteriza a opinião pública como um tribunal "independente de todos os poderes e que todos os poderes respeitam [...] cujo escrutínio é difícil se esquivar, e de cujo veredicto é impossível fugir". Peculiaridade desse "tribunal" é a ausência de limites de sua competência, de sua jurisdição e de sua liberdade de

julgamento, pois “não dependiam de maneira nenhuma do poder do dirigente; seus decretos tinham a forma de proposições autoevidentes”.

O discurso de Dória deixa clara a separação do público e do privado. Ele fazia parte da elite erudita que tinha caráter de autoridade e de formador de opinião. A imagem da *cannabis* e do cannabismo foi passando por depreciações racistas e elitistas por parte de intelectuais e de formadores de opinião (SAAD, 2019) e chegou ao senso comum tornando pública também a opinião desse saber popular, no sentido do que Allport falou, sentido diferente da ideia original.

Em resumo, pode-se dizer que todos elementos apresentados têm fortes relações de interdependência, sendo que as definições encontradas para eles apresentam semelhanças de significados. Elas fazem parte do contexto dos diferentes momentos históricos e podem ser utilizadas para entender a forma como a sociedade em que Dória estava inserido via a *cannabis*. Analisar seu discurso com base na representação atribuída à cannabis dentro da conjuntura do médico legista no período pós-abolição da Primeira República no Brasil pode ser contribuir para caracterizar como se constrói a vida cotidiana das “classes perigosas” na virada republicana.

# 3 FUMADORES DE MACONHA: "VÍCIO DA PLANTA" E OUTROS VÍCIOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA PÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Do ponto de vista histórico, o discurso de José Rodrigues da Costa Dória no 2º Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, em 1915, se insere nos primeiros 25 anos do Brasil República, quando o ambiente era de grandes incertezas gerais. Do ponto de vista científico, esse discurso retrata ideias que basearam a ciência a partir do fim do século XIX, principalmente as ideias positivistas. Portanto, essas características não podem deixar de ser citadas por causa da época do discurso e das palavras usadas nele. Mas a análise do texto, para o objetivo do trabalho, vai ser feita com base nos elementos que são responsáveis pelas relações da sociedade e pela formação de seu pensamento, como foi descrito no capítulo anterior.

## 3.1 CONTEXTO SOCIAL HISTÓRICO

No Brasil, os traços coloniais dos últimos anos da monarquia, com pessoas vivendo na pobreza e sendo exploradas por causa da estrutura desigual e racista da escravidão, permaneceram mesmo após a Independência. Ainda antes da abolição, por um lado, os debates brasileiros representavam o país como uma nação nova a ser civilizada e a progredir na rota para o progresso para "definir seu lugar e sua identidade no concerto das nações civilizadas" (ALONSO, 2014). Por outro, havia apropriação de "explicações raciais do suposto atraso político do país e de um imaginário racializado dos cidadãos da república vindoura" (SCHWARCZ, 1996, p. 65). O uso da *cannabis* em rituais religiosos e recreativos já era costume entre os negros desde sua chegada ao Brasil, passando para seus descendentes que consolidaram esse hábito do país.

Após a abolição, os negros passaram a ser vistos como um peso a ser carregado por "contaminar" a raça brasileira e por serem supostamente geneticamente inferiores e incapazes de exercer cidadania e civilidade. Sua presença significativa no país bloquearia o progresso da nação, fazendo-se então "distinção entre o liberto negro e os cidadãos em potencial não negros" (WOODARD, 2013, p. 67-68). A Lei Áurea não solucionou o problema nacional da cidadania dos negros. O abismo que separava os ricos e os pobres na sociedade colonial brasileira que passava a se tornar capitalista de tipo moderno foi aumentando cada vez mais. Quem ficou para trás foi o "povo".

Com a Proclamação da República, seguiu-se a ideologia do embranquecimento populacional, e as políticas de imigração de trabalhadores europeus acompanharam a busca de pessoas "adequadas" para atuarem no país. O mando político era compartilhado pelos antigos

oligarcas rurais e pela burguesia cafeicultora e industrial ascendente no Sudeste (BRESCIANI, 1993), dando início a uma espécie de capitalismo escravocrata. A estrutura escravista e colonial serviu como base para implantar o capitalismo ao invés de ser totalmente destruída. Em alguns locais, havia diferença de cor entre o burguês e o trabalhador, gerando uma "zona do não ser" ainda mais profunda (FANON, 2009). O advento das prisões, das fábricas e do militarismo manteve o disciplinamento escravista (como, por exemplo, a Revolta da Chibata). A população negra, que havia passado por séculos de escravidão, foi deixada de lado pelo regime que se prometia popular e mais igualitário em oposição à monarquia derrubada (CARVALHO, 1990).

A passagem para o século XX é vista como um período de transformação nos processos políticos, econômicos e sociais que envolvem a consolidação do capitalismo contemporâneo no Brasil. Não só negros, mas especialmente negros, "perambulavam pelas ruas sem expectativa de melhoria das condições de vida. A sociedade lhes virara as costas num processo crescente de discriminação [...] eram perseguidos pela polícia, rejeitados os bons empregos e deixados à própria sorte" (MATTOS, 2009, p. 17).

O contexto era de instabilidade política, de mazelas sociais e de retrocesso de direitos humanos. As ideias positivistas já tinham sido absorvidas pela elite acadêmica e não acadêmica do país, junto com as de eugenia, e serviam de referência às atividades científicas e ao desenvolvimento social, de certa forma fortalecendo ideias de antes da abolição (explicações raciais para justificar o atraso político do país) e do início da República (de embranquecimento da população).

O positivismo é uma doutrina surgida no século XIX, na Europa. Ela define três etapas evolutivas do desenvolvimento humano já referidas: a teológica, a metafísica e a positiva. Sobrepondo-se aos dois estágios anteriores, a fase positiva – momento histórico do discurso desse trabalho – só considera admissíveis as verdades científicas, excluindo ideias entendidas como "teológicas" e "metafísicas. Essa visão privilegiou a fisiologia e a física social (entre outras) porque iria apoiar reformas sociais e verdades científicas, com base em hábitos e em leis (DUROZOI; ROUSSEL, 1993). A doutrina busca assegurar a ordem social, por meio do comportamento moral e social das pessoas (aspecto sociológico), o rigor e a disciplina para garantir o avanço da sociedade (aspecto político). O progresso científico, intelectual e tecnológico está diretamente associado ao progresso social (PORFÍRIO, 2021).

No Brasil**,** as ideias positivistas influenciaram a política praticada nos primeiros anos da Primeira República (1889-1930), reforçadas pela carga moral utilitarista. Os republicanos almejavam conduzir a sociedade "com mão firme para o estado mais avançado da vida em sociedade [...] na intenção de atingir uma condição ideal expressa na civilização plena [...]

baseada em uma aspiração de representação e participação políticas restritas aos grandes proprietários" (BRESCIANI, 1993, p. 123-124). A representação da cidadania colocava "a noção de 'sujeito de direito universal' no centro do debate" e, nesses termos, a cidadania não compreenderia os ex-escravizados presentes em todas as regiões do país (SCHWARCZ, 1996). Esses e outros aspectos permitiriam a manutenção da estrutura colonial do regime em que os negros se encontravam à margem da sociedade.

## 3.2 ANÁLISE DO DISCURSO DE DÓRIA EM SUA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA

O citado discurso "Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício", de 1915, do médico José Rodrigues da Costa Dória, insere-se em um contexto sócio-histórico-político instável, com as mudanças provocadas pela abolição da escravatura e pela Proclamação da República, e culturalmente indefinido, também por esses motivos e principalmente por referências científicas novas, como as positivistas.

Logo de início, para contextualizar seu discurso na história, Dória se refere ao vício oriental de "fumar a droga" e ao comércio ganancioso de drogas pelos "brancos civilizados" (os ingleses), responsabilizando esse comércio pela disseminação do vício.

> [...] podemos também dizer: os nossos antepassados, ávidos de lucro, fizeram o baixo tráfico da carne humana, no começo da nossa formação, até 1851, quando foi decretada a proibição de importar os negros africanos, arrebatados à fruição selvagem das suas terras, para serem aqui vendidos como escravos, que as leis assumiam e reconheciam (p. 1).

Dória comparou a causa do uso inicial da *cannabis* no Brasil também ao comércio ganancioso, da mesma forma que aconteceu com chineses e ingleses no século XIX. A diferença era o "tipo de mercadoria" de lá e de cá, ópio e escravos, respectivamente, mas resultados semelhantes: o vencido (os chineses) se vingou do ser vencedor (os ingleses brancos), "inoculando-lhes sua perigosa paixão atávica [...] uma avaria [...]" (p. 1). No Brasil, ele evidenciou a vingança dos negros sobre os brancos ao comentar sobre a lei que aboliu a escravidão, mas não o "vício pernicioso" dos então escravos: "[...] como um castigo pela usurpação do que mais precioso tem o homem – a sua liberdade – nos ficou o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades da planta [...]".

> Em 13 de maio de 1888, por entre alegrias e festas, foi promulgada a lei que aboliu a escravidão no Brasil e integrada a nacionalidade com os libertados, tornados cidadãos; mas no país já estavam inoculados vários prejuízos e males da execrável instituição, difíceis de exterminar.

Ao dizer que os escravos libertos foram tornados cidadãos e não que eles se tornaram cidadãos, Dória parece indicar subliminarmente que os escravos não tinham condições, por si

sós, de se tornarem cidadãos, já que eram “uma raça preta, selvagem e ignorante, resistente mas intemperante” (p.13). Quando cita “prejuízos e males da execrável instituição, difíceis de exterminar”, embora se refira à escravidão, à lei de 13 de maio e a “alegrias e festas”, ele não parece comemorar a abolição, destacando mais o vício dos escravos do que sua libertação. Quando diz “no país já estavam inoculados”, ele não se limita ao vício dos negros, indicando que brancos e índios já faziam uso da planta. Em outras palavras, os negros foram responsáveis diretamente pelo vício dos brancos, “irmãos mais adiantados em civilização” (p. 13). Como os índios já tinham costume de usar ervas em seus rituais, os negros só lhes teriam apresentado outro tipo de erva. “Os índios amansados aprenderam a usar da maconha, vício a que se entregam com paixão, como fazem a outros vícios, como o do álcool, tornando-se hábito inveterado” (p. 2).

O uso da *cannabis* atribuído aos negros e aos índios, com os adjetivos que ele deu a ambas as raças, deixa implícito de certa forma que eles seriam “desviantes ou antissociais” termos comumente usados por eugenistas (SILVA, 2004) e, dentro da “visão organicista de sociedade” de bases positivistas, eles impediriam o progresso pleno de seu grupo nacional.

Esse trecho do discurso é ideológico, porque buscou distinguir o *status* social do branco do *status* dos negros e dos índios, o que permanece hoje. No Brasil, no início do século XIX, a elite intelectual optou por adotar a segunda posição entre as duas opções surgidas nas pesquisas francesas: a do canabismo como hábito de “pessoas inferiores e de má vida” (escravos, trabalhadores, negros, pardos, indígenas e pobres, por exemplo), indignas do trabalho de “pessoas de moral e de respeito. Então, a imagem da *cannabis* e do canabismo foi passando por depreciações racistas e elitistas por parte de intelectuais e de formadores de opinião” (SAAD, 2019).

Dória ampliou a classe dos desviantes e antissociais, incluindo nela outras categorias sociais:

> [...] a respeito do uso de fumar as sumidades floridas da planta ]...] é ele muito disseminado entre pessoas de baixa condição, na maioria analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz [...].

Juntando negros, índios, pessoas de baixa condição, analfabetos, homens do campo etc, no contexto das representações negativas da *cannabis*, Dória os categoriza como “pessoas inferiores”. As características de uns se misturam às dos outros, e eles vão ser um grupo amorfo da sociedade. E do mesmo modo que os negros não se tornariam cidadãos por si mesmos (foram tornados cidadãos pela Lei), os índios, os de baixa condição, os analfabetos, os plantadores e outros também não teriam condições para isso. Conforme Silva (2004), caíram nesse

enquadramento raças, etnias e classes que já apresentavam histórias de sofrimentos ocasionados por estruturas sociais de desigualdade.

Pode-se dizer que esse discurso, há mais de 100 anos, trouxe o mito do canabismo por meio de uma ideologia que associa o uso da planta às classes desprestigiadas socialmente. As ideias ficaram impregnadas no imaginário das pessoas, se reproduzindo por meio das gerações. Ainda hoje elas refletem o senso comum sobre essa planta.

> É principalmente no Norte do Brasil onde sei achar-se o vício de fumar maconha às vezes mais espalhado [...] Nessa parte do país [...] foi grande a importação de escravos que [...] nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, eram vendidos para o Sul (p. 2). [...] é ele muito disseminado [...] nas margens do rio de São Francisco [...] (p. 11).

Dória situou a origem do uso da *cannabis* nas regiões Norte e Nordeste do país, dizendo claramente que daí o uso seguiu para São Paulo e o Rio de Janeiro junto com os escravos que eram comprados para trabalhar nas lavouras de café. Ele descreve a história de acordo com as informações que tinha, mas pela forma como se referiu aos usuários (negros, índios, analfabetos, de baixa condição e outros), termina por juntar as representações negativas desses com outras também negativas referentes às regiões Norte e Nordeste. Logo após citar o Sul, ele até distinguiu claramente que lá,

> [...] é nas camadas mais baixas que predomina o seu uso, pouco ou quase nada conhecido na parte mais educada e civilizada da sociedade.(p. 2)
>
> Conquanto o uso de fumar a maconha no Brasil ainda esteja limitado às classes ignorantes, tenho notícia de alguns fumadores com um grau de instrução regular e de um funcionário público bastante inteligente dominado pelo vício.(p. 12)

Primeiro ele regionalizou a origem do canabismo no Brasil, depois o localizou socialmente “nas” camadas mais baixas, pouco ou quase nada “na” camada educada. Ele foi acrescentando características que estruturam imagens misturadas (canabistas, negros, índios, analfabetos; nortistas e nordestinos; classes baixas) que junto com outras informações foram compor o conhecimento popular sobre a planta, senso comum.

> Do inquérito a que tenho procedido a respeito do uso de fumar as sumidades floridas da planta que faz o objeto dêste trabalho [...], é ele muito disseminado [...] nos quartéis pelos soldados, os quais ainda entre nós são tirados da escória da nossa sociedade (p. 11).

O inquérito de Dória a respeito do fumo dessa planta, junto com sua experiência na medicina legal, com as ideias sobre as verdades científicas e com a busca de assegurar o avanço da sociedade, pode ter característica de eugenia. Vários inquéritos foram feitos (Dória citou os de Aristides Fontes e de Xavier do Monte) sobre a *cannabis* por parte de médicos da época e os escravos, o povo libertado, foram o assunto de vários deles (FRANÇA, 2015). Então, a ideia

de eugenia no discurso vem por juntar o interesse científico da época com a forma como os negros eram citados, “uma raça preta, selvagem e ignorante” (p.13) e com a violência causada pelo uso da planta. Mostrava que os negros que usavam a *cannabis* eram violentos. Dória afirmou que “se alguma tara degenerativa existe congenitamente”, o indivíduo tem maior propensão ao vício, ao hábito pernicioso.

Mas como o inquérito de Dória também tinha trazido os caboclos, os pobres e agora os soldados, que eram “tirados da escória da sociedade”, os exemplos que ele deu dos crimes praticados por pessoas quando usavam a *cannabis* de forma recreativa incluía negros e outros dessa categoria.

> Os embriagados (pela maconha) tornam-se rixosos, agressivos, e vão até a prática de violências se não são contidos. (p.7)
>
> [...] um soldado, aliás de boa conduta [...] por haver fumado a diamba pela primeira vez [...] entrou em delírio furioso, tentando matar um capitão em cuja casa entrou, armado de faca, tendo ferido uma outra pessoa.(p.7)
>
> [...] o soldado Joao Baptista, moreno, entregava-se ao vício de fumar a liamba e tinha exaltações megalomaníacas, dizendo-se general, Deus, etc. [...] Uma vez tentou agredir um oficial, acabando na loucura que o fez excluir do exército, sendo metido em custódia. (p. 8)
>
> A loucura pode ser consequência da erva. (p.8)
>
> Sei que em alguns estados do Norte as violências cometidas durante a embriaguês da maconha [...]. (p. 12)

Todos estavam no grupo dos “desviantes” que não têm “uma vida social saudável e regrada” e nas regiões específicas, pois tinha se disseminado que a *cannabis* provocava comportamentos violentos, ociosos e imprevisíveis (SAAD, 2019). Identificando “mentes” e “corpos perigosos” poderia ser feita uma série de prevenções: consegue-se separar os tipos considerados como ‘pré-delinquentes’, a fim de serem objeto de um tratamento e educação especiais, visando atenuar-se ou corrigir os distúrbios patológicos da sociedade (FERLA, 2005).

> Esse cultivo é acompanhado de práticas fetichistas [...] Os mistérios que cercam os cuidados com a planta concorrem para lhe dar mais valor, exaltar as suas virtudes, excitando a imaginação dos ignorantes, sugestionando-os. [...] (p. 3). Nos candomblés [...] para produzir alucinações e excitar os movimentos nas dansas selvagens dessas reuniões barulhentas. Em Pernambuco a herva é fumada nos catimós — lugares onde se fazem os feitiços, e são freqüentados pelos que vão ali procurar a sorte e a felicidade. Em Alagoas, nos sambas e batuques, que são danças aprendidas dos pretos africanos, usam a planta, e também entre os que porfiam na colcheia, o que entre o povo rústico consiste em diálogo rimado e cantado em que cada réplica, quase sempre em quadras, começa pela deixa ou pelas últimas palavras do contendor.(p. 5)

Dória trouxe outra categoria de pessoas para o grupo dos “desviantes” e que, sendo do mesmo grupo, iam ter as mesmas representações. Dessa forma, as representações da origem e

da responsabilidade pelo canabismo agora já tinham uma identificação das pessoas (negros, analfabetos, soldados, pessoas rudes), do lugar (Norte e Nordeste) e das religiões (candomblé e outros religiões de matriz africana e indígena).

Saad (2019) disse que, na época do discurso, as classes da Medicina e do Direito passaram a ter papel importante na representação científica do país, principalmente com as novas ideias da ciência. Dória tinha conhecimentos jurídicos apurados, destacou-se na Medicina Legal e na Medicina Pública tendo muito interesse no estudo criminal. Foi um dos responsáveis pela inauguração da Faculdade Livre de Direito trazendo, para a Bahia, algo "já em curso em outros estados". Os cursos de Direito buscavam legitimação científica e passaram a incorporar cada vez mais o ensino de Medicina Legal.

Então, Dória tinha "autoridade" para falar sobre o assunto, tinha um papel importante que ia influenciar a vida prática da sociedade e basear as formas de agir moralmente. Era o modelo ideal para a ideologia agir sobre a população, deixando subentendido o que ela devia ou não devia fazer. As informações que ele passou serviram para estabelecer um comportamento que era fácil de controlar, pois as massas eram "ignorantes" (CHAUÍ, 1984) e deviam obedecer à ciência. O grupo privilegiado do discurso científico impõe e o resto da população recebe, absorve e reproduz no senso comum (ALEXANDRE, 2000).

Quando se recebe informações, vão sendo desenvolvidas involuntariamente imagens (representações) que são fruto de como essas informações são percebidas pelos sentidos. A criação de imagens é um complemento da ação de pensar (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997). Então, as informações do discurso e as imagens que elas criam são internalizadas e vão formando opiniões que são comuns porque foram originadas das mesmas informações científicas compartilhadas. Para se formar a representação coletiva, a condição essencial é o compartilhamento dos conceitos de assuntos que dizem respeito à vida coletiva (DURKHEIM, apud BOMFIM; ALMEIDA, 1992). As representações muitas vezes geram os comportamentos (CAMPOS, 2003) e a rede de significantes, de símbolos e de representações que formam o imaginário coletivo resultam em opinião pública. Pública no sentido que falou Allport (GUARESCHI, 2004), quando dentro de uma situação coletiva o indivíduo se coloca a favor ou contra determina coisa, demonstrando a mesma ideia que é comum.

Dória também se referiu às penalidades pelo uso da *cannabis* por meio de casos que foram contados a ele:

> Referiu-se o farmacêutico [....] que um soldado, aliás de boa conduta, foi submetido a conselho de guerra e sofreu penas por haver fumado a diamba pela primeira vez

> A proibição do comércio da planta, preparada para ser fumada, poderá restringir a disseminação progressiva.

Inclusive, de forma clara ele questiona o tratamento legal que devia ser dado aos canabistas:

> Como devem ser considerados os atos praticados pelo indivíduo em estado de embriaguez pela maconha ou pelo cânhamo?
>
> Qual o grau de imputabilidade que se lhe pode atribuir e consequentementre a responsabilidade pelos crimes cometidos nesse estado?
>
> Qual a capacidade de exercer os atos da vida civil?
>
> O Código Penal brasileiro, de referência à responsabilidade, diz: "Artigo 27. Não são criminosos: §4º - Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime."(p. 9)

Em seguida, afirma que os crimes cometidos nesse estado de embriaguez devem ser punidos com as mesmas penas da embriaguez alcoólica que priva da consciência.

Com essa parte das penalidades, o discurso de Dória parece completar as informações que iam fechar as ideias que se desenvolveriam sobre a *cannabis*, tanto no sentido científico como do senso comum.

Mas Dória também se referiu em vários trechos a aspectos positivos da planta, como os benefícios que ela provocava de melhora de doenças e que ela aguçava a inteligência e outros. O problema é que essa parte positiva ficou quase totalmente encoberta pelas informações negativas, que ele reforçou com palavras que desclassificavam os usuários, para separá-los da sociedade branca, letrada, rica e praticante de religiões aceitas.

## 3.3 APRECIAÇÃO GERAL DO DISCURSO

No contexto de Dória, é possível perceber tendências discursivas em que ele privilegia representações negativas da cannabis retratadas por "autoridades" em detrimento dos próprios consumidores que ele também apresenta. O testemunho de doutores, militares, magistrados, policiais, entre outras figuras de autoridade na sociedade moderna, que o autor considera "mais civilizados" e suas referências bibliográficas são colocadas no discurso como estratégia argumentativa. São elas que trazem os relatos negativos que ele quer representar de acordo com sua preocupação sobre os efeitos e males do consumo de maconha.

Nos trechos do discurso em que ele faz muitas críticas, Dória se representa como um intelectual, por sua formação médica e por seu desempenho acadêmico e também como formador de opinião, pois embora seu discurso tenha servido de referência até meados do século XX (cerca de 35 anos desde o pronunciamento), as ideias negativas que ele passou vigoram até hoje nas representações coletivas da sociedade brasileira.

O que pode levar as pessoas a consumirem a planta, para Dória, é a procura de escape de uma "vida atribulada" em direção a uma "felicidade fictícia": "os abandonados da sorte se entregam ao domínio da erva; se não é um forte, o naufrágio é irremediável, principalmente se à dor moral está associada à tara orgânica" (DÓRIA, 1958). Ele afirma que "se alguma tara degenerativa existe congenitamente", o indivíduo tem maior propensão ao vício, ao hábito pernicioso. Influenciado pela criminologia lombrosiana e a noção de "desviantes sociais", Dória afirma que o "mal" do vício da maconha pode ser inoculado

> principalmente se o terreno está preparado para o bom desenvolvimento do hábito, se alguma tara degenerativa existe congenitamente, ou se vícios anteriores predispuzeram a economia a novos vícios; são frequentes as associações do alcoolismo com outros vícios, e com o hábito de fumar maconha [...] Para prevenir a população de fumar maconha, era necessária uma instrução bem dirigida, reforçada por princípios de sã moral, o conhecimento claro do mal, necessàriamente revigoram e fortificam o ânimo para a resistência ao vício de qualquer natureza (DÓRIA, p. 12-13).

Assim, ele afirma a função da educação de acordo com os preceitos positivistas de coerção social incluindo a educação moral. Essa é uma forma de atuação de representações coletivas no cotidiano. Ela seria o "remédio" para o(s) vício(s). "Como quer que seja, creio na instrução e na educação como bons preservativos do hábito pernicioso, incumbindo aos podêres públicos melhor cuidarem dêste magno problema tão descurado entre nós, onde o analfabetismo é a regra" (DÓRIA, 1915). O autor defende as políticas eugenistas como solução profilática ao "hábito pernicioso" que é o consumo da *cannabis*. Feito o diagnóstico médico, em breve deverão ser feitas as leis em forma de política de profilaxia para a "doença" (o fumo da maconha é muitas vezes definido como "epidemia" nos discursos médicos). A virada do século XIX para o XX teve "terreno aberto" para este tipo de ideia - a eugenia – (SAAD, 2013, p. 28-29).

Assim, é possível entender o período compreendido entre o texto de Rodrigues Dória (1915) e a proibição (1932) como um "caminho traçado estrategicamente", de forma que a proibição parecesse, então, algo inevitável e, mais ainda, indispensável. Se o país sonhava em ter um futuro promissor, um vício degradante como o de fumar maconha deveria ser penalizado. Alguns estudos que abordam as notícias e processos criminais do pós-proibição revelam as estratégias de perseguição e repressão à erva e, principalmente, aos seus usuários. O cenário de modernização impunha a "limpeza" de qualquer prática que não estivesse de acordo com o progresso. Como visto, os discursos conservadores e autoritários criavam uma atmosfera de pânico em torno de costumes tidos como atrasados, incivilizados (SAAD, 2019).

Dória fez representações de pessoas (negros, analfabetos, pobres soldados e praticantes do candomblé) embasadas no evolucionismo social ou racismo científico, seguindo vários

médicos brasileiros da época que se baseavam na eugenia das novas ideias científicas (SAAD, 2019). A escolha desses termos para adjetivar práticas racializadas também reforça a ideia da ignorância do autor quanto à dinâmica de povos que ele considera "ignorantes" e sem civilidade e educação, sem entender qual era o significado das práticas que ele depreciou para quem as praticava. Sobre práticas religiosas afro-brasileiras, esse tipo de termo pejorativo também é usado. Quando Dória fala que a *cannabis* é utilizada em religiões afrodescendentes (no candomblé e nos catimbós) por "feiticeiros, em geral pretos africanos ou velhos caboclos" para "excitar os movimentos nas *dansas* selvagens dessas reuniões barulhentas" (DÓRIA, 1958, p. 3), ele está fazendo uma representação destes povos embasada no evolucionismo social, ou racismo científico, seguido por vários médicos brasileiros da época baseados na eugenia e no positivismo (SAAD, 2019).

O discurso científico de Dória segue uma caracterização baseada em um "quadro diagnóstico" médico que atuaria nas práticas sociais e políticas. Analisando agente causador, agente portador, sintomas e profilaxia, é feita a descrição da "doença social".

Defendendo um futuro ideal para a nação brasileira, os médicos do país tinham legitimada a degradação dos indivíduos que eles viam como antissociais, desviantes e incompetentes para a vida em uma civilização à altura do século que haviam chegado. A utopia de um futuro foi substituída pela necessidade imediata de transcendência no plano material e civilizatório, a qual era baseada nos ideais da "história universal" direcionada para o progresso humano. Para alcançar esta etapa, forjou-se uma necessidade de modernização baseada na degradação de raças, gêneros e formas de vida subalternas.

Houve uma busca de "desviantes potenciais" legitimada por estas ideias. Caíam neste enquadramento raças, etnias e classes que já apresentavam histórias de sofrimentos ocasionados por estruturas sociais de desigualdade provenientes principalmente da escravidão e da colonização. Pode-se dizer que estas classes sempre estiveram presentes em uma relação antagônica com as mesmas elites que dissertaram estas teses sobre a realidade humana e estas contribuíram para o aumento da distância desigual entre povos de uma mesma nação.

As ideias de Dória não fazem parte apenas de um conjunto histórico de discursos restritos à área da *cannabis* ou da medicina. Eles estavam em um contexto em que passou a haver cada vez mais união entre estes âmbitos e os da política e do direito. Logo, eles são discursos efetivamente políticos, pois, para pessoas como Dória, seus trabalhos médico-científicos eram automaticamente políticos e tinham consequência direta neste âmbito. Os médicos legistas podiam ter participação na formulação de leis e de políticas de forma direta através de ocupações no governo ou em cargos eleitorais. Muitas vezes eles faziam parte de

redes de sociabilidade formadas por grupos privilegiados da sociedade assim como os juristas, políticos, empresários e militares de alta patente.

## CONCLUSÃO

A dialética de ideias é importante para compreender um contexto histórico complexo que é o início do século XX. A construção de discursos científicos negativos da *cannabis* foi associada a outras representações, principalmente de afrodescendentes, visto que, no período, a *cannabis* era majoritariamente consumida por negros. Foi produzida grande literatura depreciando esses povos e, assim como a capoeira e o candomblé, entre outras práticas afrodescendentes, o canabismo entra nas práticas depreciadas pela elite intelectual brasileira republicana no momento de construção da civilidade e cidadania nacionais. A influência do positivismo nessas dinâmicas cognitivas é muito forte e tem influência em diversos aspectos e objetos da sociedade brasileira.

Em relação aos objetivos deste trabalho, a análise do discurso de Dória leva a concluir que a forma como os usuários foram adjetivados por ele são encontradas até hoje na sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que os enfoques de seu discurso, nas formas como ele apresentou a *cannabis* e os usuários, contribuíram para a formação das representações coletivas dessa planta e principalmente para as representações coletivas negativas de seus usuários.

Para se desenvolver imagens negativas ou positivas, não é preciso usar as palavras exatas. Basta mostrar exemplos, sair marcando lugares e situações. Tudo vai influenciar a formação de imagens que se dá por meio de símbolos. O mito é construído sem ninguém perceber, os valores e as crenças também. Assim, vão sendo desenvolvidos valores que vão sendo compartilhados e criando uma forma de conhecimento que não é dominante, o senso comum, mas é maior, já que o conhecimento dominante, o científico, pertence à classe letrada.

O mais interessante é que as palavras do discurso de Dória, além de se situarem no contexto da discriminação dos negros (racial), juntaram a essa discriminação a discriminação contra nortistas e nordestinos (xenofobia), contra analfabetos, pobre e soldados (social) e contra praticantes do candomblé (religioso).

Dessa forma, ficaram estabelecidas claramente duas classes sociais no Brasil daquela época: a dos brancos e a dos desviantes, a parte amorfa da sociedade porque é composta de tantas características diferentes que ficou sem forma.

A opinião pública (senso comum e classe letrada) sobre a *cannabis* no Brasil parece ser realmente a de um “tribunal”, por causa imagem totalmente negativa desenvolvida sobre a planta, por meio de ideias parciais e deterministas que terminaram por encobrir sua utilização na indústria e na medicina.

**REFERÊNCIAS**


ALEXANDRE, Marcos. **O saber popular e sua influência na construção das representações sociais**. Comum – Rio de Janeiro – v.5 – n.15, p. 161-171, 2000.

ALONSO, Ângela. **O Abolicionismo como movimento social**. In. Novos Estudos, 100, 2014, pp. 115-137.

BONFIM, Zulmira Áurea Cruz; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **Representação social. Conceituação, dimensão e funções**. In.: Revista de Psicologia, Fortaleza, V. 9 (1/2), V. 10 (1/2); pp. 75-89, Jan./Dez. 1991/1992.

BRESCIANI, Maria Stella. **O cidadão da República. Liberalismo versus positivismo**. Brasil: 1870-1900. Revista da USP, Dossiê liberalismo/neoliberalismo, nº 17, março-maio de 1993.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. "A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais". In.: CAMPOS, Pedro Humberto Faria; LOUREIRO, Marcos Corrêa da Silva (orgs.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia; Editora da UCG, 2003.

CARVALHO, Francismar Alex L. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CASTORÍADES, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5. ed. Trad. Guy Reinauld. São Paulo: Paz e Terra. 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **As origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 9ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1995.

COOKE, Justin**. Cânhamo x maconha: qual é a diferença?** Daily CBD. Disponível em:

CRIPPA, José Alexandre; LACERDA, Acioly L T; AMARO, Edson; BUSATTO FILHO, Geraldo; ZUARDI, Antonio Waldo; BRESSAN, Rodrigo A. **Efeitos cerebrais da maconha: resultados dos estudos de neuroimagem,** 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 2 set 2021.

DICIONÁRIO Aurélio.

DÓRIA, José Rodrigues da Costa. **Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício**

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. 6 ed. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Trad. Helder Godinho. 2ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1974.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

DUROZOI, Gérard, ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia.** Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Trad. Pola Civelli. 5ed, São Paulo: Editora Perspectiva, 1963.

FANON, Frantz. **Piel Negra, Máscaras Blancas**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante. 2017.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945).** Universidade de São Paulo, 2005.

FERNANDES, Saulo Conde. Xamanismo e neoxamanismo no circuito do consumo ritual das medicinas da floresta. **Horiz. antropol.,** v. 24, n. 51, 2018. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 4 set 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. De Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. "**Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre neopetencostais**". In. GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). Textos em representações sociais. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 191.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/ negros/regioes-de-origem-dos-escravos-negros.html Acesso em: 2 set 2021.

INSTITUTO D'OR de Pesquisa e Ensino. **Cannabis e cérebro, uma relação mal explicada.** Disponível em: https://www.rededorsaoluiz.com.br. Acesso em: 7 set 2021.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos n. 309.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guaresci. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEWTON, David E. **Marijuana** Handbook. 2017. 2.ed. Santa Barbara (CA).

PESTANA, Andréia da Silva Zanco. **Como a maconha atua no cérebro.** 2018. Disponível em: https://clinicajorgejaber.com.br/novo/2018/11/como-a-maconha-atua-no-cerebro/. Acesso em: 5 set 2021.

PORFÍRIO, Francisco. **Positivismo**. Disponível em: https://www.historiadomundo.com.br/ idade-contemporanea/positivismo.htm. Acesso em: 2 set 2021.

RANGEL, Mary. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais.** Cap 2. O quadro teórico da representação social. São Paulo: Aparecida, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva. **Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais**. Sociedade e Cultura, v.6, n.2, 2003.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; TRINDADE, Deilson do Carmo; PAIVA, Ignês Tereza Peixoto; VIEIRA FILHO, Raimundo Dejard. Pajelanças indígena e cabocla no Baixo Amazonas/AM e suas implicações a partir de questão histórica. **Revista Ponto Urbe 15**, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/2411. Acesso em: 4 set 2021.

SAAD, Luísa. **Fumo de negro: a criminalização da maconha no pós-Abolição**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Afro-Ásia. Salvador, n.18, p.77-101. 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século XX: entre luzes e sombras**. In.: Teixeira da Silva, F.C. (org.). O século sombrio. Uma história geral do século XX. Rio de Janeiro 2004, pp. 1-25.

TAKAHASHI, RN; ZUARDI, AW, KARNIOL, IG. Chemical composition of Brazilian marihuana samples and the importance of several constituents to the pharmacological activity of the plant. **Revista Brasileira de Pesquisas Médicas e Biológicas,** v. 10, n.6, 1977, p.79-85.

WOODARD, James. **De escravos e cidadãos: raça, republicanismo e cidadania em São Paulo.** In, ABREU, Martha (et allii). Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico. Niterói: Ed.UFF, 2013, pp. 63-75.